



Comissão decide na terça sobre criação de CPI da Petrobras

Líderes do governo acreditam que a CCJ manterá o entendimento de Renan, de que investigação deve ser mais ampla, e oposição ameaça recorrer ao Supremo

A Comissão de Constituição e Justiça analisará na terça-feira a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre as CPIs propostas para investigar a Petrobras. O anúncio foi feito pelo presidente da CCJ, Vital do Rêgo, que disse que a resposta deve sair na terça mesmo. Caso haja

pedido de vista, o senador concederá apenas algumas horas, devido à exigência regimental de dois dias para análise. O entendimento de Renan é de que prevalece a CPI mais ampla, requerida pelo governo. Quatro requerimentos de criação de CPIs da Petrobras já foram protocolados, dois no Senado e dois no Congresso. **3**



Renan Calheiros (C) entrega ao presidente da CCJ, Vital do Rêgo, o documento com o parecer sobre a CPI da Petrobras

Pedro Franco/Agência Senado

Genaldino Menezes/Agência Senado



João Capiberibe ao lado da deputada Luiza Erundina e do secretário-geral da OAB, Cláudio Souza Neto, no debate da CDH

OAB defende revisão da Lei da Anistia

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representante da OAB disse que o Supremo pode rever decisão sobre constitucionalidade da Lei da Anistia. Para João Capiberibe, lei foi imposta e não houve consenso. **7**

Requião: CPI dos Transportes pode começar em breve **2**

Senadores pedem regulamentação de direitos das domésticas **8**

MP dos lucros no exterior deve ser votada até 16 de abril **4**

Senado debaterá regularização fundiária na Amazônia **6**

Empresários querem livre comércio EUA-Brasil

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, participante sugere acordo e senadores pedem a diplomatas reaproximação com os Estados Unidos depois das denúncias de espionagem de Edward Snowden. **5**



Gabriel Rico (E), da Câmara Americana de Comércio, defendeu acordo bilateral em audiência presidida por Ferraço (3º à esq.)

José Cruz/Agência Senado



TV Senado agora em São Luís

Canal 51.1

Política e cidadania em tempo real. É o Senado Federal mais perto do maranhense.

Aqui o cidadão sabe o que acontece

SENADO FEDERAL

Siscom | Comark - Criar e Marketing | Senado Federal



Prioridade da comissão são os problemas em municípios com mais de 200 mil habitantes e nas capitais, como Brasília

Requião espera que CPI dos Transportes inicie em breve

O requerimento de criação da comissão, com 28 assinaturas, foi lido em dezembro do ano passado, mas ela ainda não foi instalada por falta de indicação dos membros pelos partidos que a compõem

ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR) afirmou ontem que os líderes dos partidos já estão fazendo as indicações dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transportes no Senado. Com isso, o colegiado poderá começar a trabalhar.

Segundo Requião, o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), informou que está providenciando as quatro indicações a que o partido tem direito. O PTB fez duas indicações e o bloco PSDB-DEM, que tem direito a três, já fez outras duas. — Dessa forma, teremos nove parlamentares, e nove parlamentares em treze, que é o quórum completo da CPI, significa a maioria, podendo a CPI ser instalada mesmo que o PT não venha a indicar nenhum parlamentar, o que espero que não aconteça.

Requião disse esperar que, na próxima semana, a CPI seja

instalada ou, pelo menos, seja definida uma data. Para ele, a demora é injustificável.

O requerimento de criação da CPI foi protocolado por Requião em 5 de dezembro, com 28 assinaturas — o mínimo exigido é de 27. Em 12 de dezembro, enquanto presidia os trabalhos do Plenário, Requião fez a leitura do documento e, desde então, aguarda os partidos indicarem os membros da comissão.

O principal objetivo da CPI é investigar a formação das tarifas do transporte coletivo urbano em todo o país e verificar que medidas podem ser tomadas pelo poder público para enfrentar a questão.

Na justificativa do requerimento, Requião destacou diversas irregularidades praticadas em detrimento da população, como vícios em processos licitatórios que inibem a concorrência, falhas



Para Roberto Requião, que pediu a CPI, o atraso é injustificável

na gestão dos contratos e falta de publicidade das planilhas de custos.

A CPI dos Transportes, com 13 titulares e 7 suplentes, terá prazo de seis meses e as investigações devem focalizar, prioritariamente, os municípios e regiões metropolitanas com os maiores problemas de transporte público urbano, como as capitais dos estados e os municípios com mais de 200 mil habitantes.

Brasileiros sofrem em cidades, diz Eunício



Eunício quer que administradores pensem as cidades para o futuro

Apesar de 84% dos brasileiros viverem nas cidades, os governos ainda não se voltaram ao planejamento urbano, afirmou ontem, em Plenário, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ele disse que todos os níveis da administração pública — federal, estadual e municipal — precisam repensar o planejamento das cidades.

Os brasileiros enfrentam diariamente enormes carências

em saneamento básico, mobilidade urbana, saúde, educação, habitação e segurança pública, salientou Eunício. Para o senador, as autoridades precisam buscar soluções e evitar que os municípios sejam levados à falência.

Eunício advertiu que, além de enfrentar os problemas cotidianos, as autoridades devem pensar o futuro das novas gerações.

Renan participa da posse de ministro do STJ

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da solenidade de posse do desembargador federal Néfi Cordeiro como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cordeiro foi escolhido pela presidente da República, Dilma Rousseff, a partir de lista

tríplice eleita pelo Pleno do STJ. Segundo a Constituição, o candidato a ministro do STJ deve ser brasileiro, ter mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada.

Curitiba, Cordeiro é bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba e engenheiro

civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem mestrado em direito público e doutorado em direito das relações sociais. Ele estava no Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde 2002.

(Com a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Wellington Dias comemora Dia Mundial do Autismo

Wellington Dias (PT-PI) comemorou, na quarta-feira, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O senador disse ser importante que os estados tenham uma rede e um centro de especialidade voltados para o atendimento do autista.

Wellington destacou o avanço representado pelo decreto de regulamentação da Lei 12.764/2012, que instituiu



a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mas ressaltou que o país ainda precisa se aprofundar no debate para que a proposta seja viabilizada.

— Há necessidade de que o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo contribuam para que possamos avançar — disse.

Eduardo Suplicy elogia o ex-ministro Alexandre Padilha

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem artigo do ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, que é pré-candidato ao governo do estado de São Paulo. No artigo, o ex-ministro relata experiências da infância nos anos da ditadura militar. Como os pais lutaram contra a ditadura, Padilha lembra que naqueles anos ele foi uma das “crianças da resistência”.

Suplicy elogiou o Progra-



ma Mais Médicos, implantado por Padilha no Ministério da Saúde.

— Hoje, é um pré-candidato que está percorrendo o estado, e eu quero aqui dar

o meu testemunho da qualidade de seu trabalho, da sua formação, que, inclusive, está expresso num artigo tão belo.

Padilha foi substituído no ministério por Arthur Chioro, que foi secretário de Saúde de São Bernardo do Campo (SP).

Lúcia Vânia presta homenagem a médico e professor goiano

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou em Plenário a morte do médico e professor Francisco Ludovico de Almeida Neto. Ele morreu em Goiânia, na segunda-feira, aos 86 anos. A senadora apresentou requerimento de voto de pesar.

Ela contou que Francisco Ludovico era filho do ex-governador de Goiás José Ludovico de Almeida. Ele estudou medicina no Rio de



Janeiro e, quando se formou, ainda na década de 50, voltou para Goiânia, onde ajudou a implantar a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

Francisco Ludovico foi o primeiro diretor da faculdade que ajudou a implantar, tendo se tornado professor emérito em 1988. Segundo a senadora, o trabalho de Ludovico ajudou a colocar a faculdade entre as seis melhores do país.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Homenagem aos 50 anos do Comício das Reformas

9h Sem votação de matérias, a sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Às 14h, sessão especial para comemorar o cinquentenário do Comício das Reformas, em 13 de março de 1964, organizado pelo presidente da República, João Goulart, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan entendeu que deve ser criada apenas uma comissão de inquérito, para investigação mais ampla, mas pediu parecer da CCJ, que deve anunciar hoje o relator da matéria

CCJ decidirá na terça sobre CPI da Petrobras

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), convocou reunião extraordinária para terça-feira, às 14h30, com objetivo de examinar a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre as CPIs propostas para investigar a Petrobras e outras denúncias de irregularidades. O entendimento de Renan, apresentado na quarta-feira, é de que prevalece a CPI mais ampla requerida pelo governo.

— Entendo que não podemos passar em branco ou atrasar o processo, porque vamos ser cobrados — disse Vital.

O nome do relator da matéria deve ser anunciado hoje. Como muitos integrantes do colegiado estão viajando, Vital não descarta a possibilidade de ele mesmo ficar com a relatoria.

— Mas espero ter outro companheiro que possa estudar essa matéria durante todo o final de semana — afirmou.

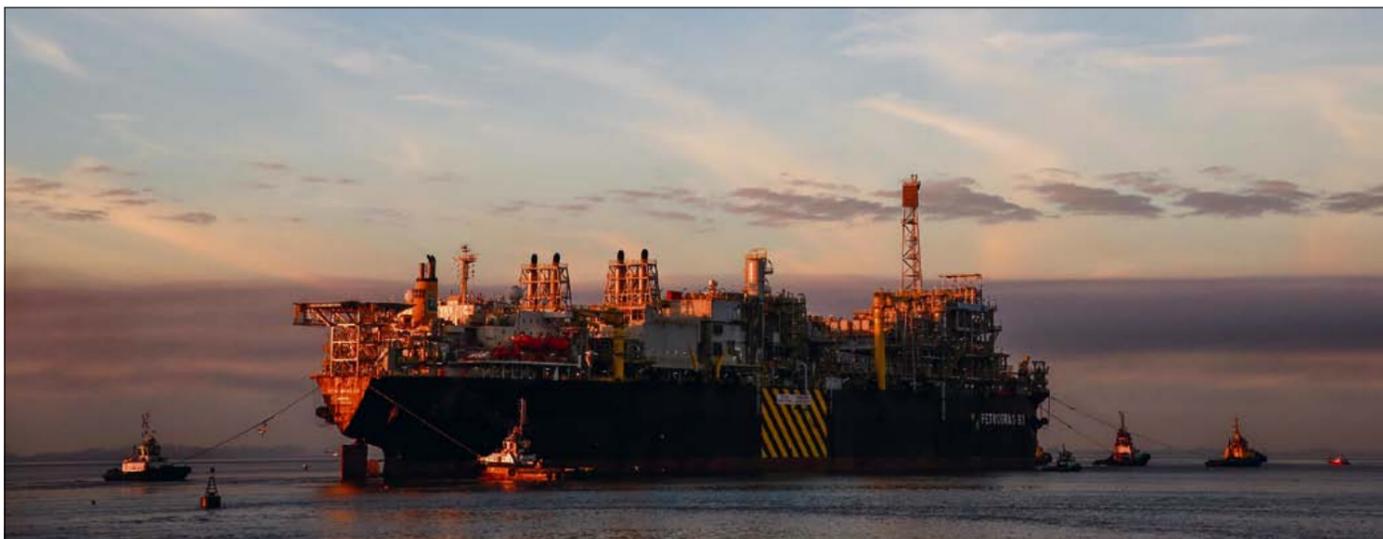
Para não atrasar o processo mais uma semana, ele adiantou que só concederá pedidos de vista por algumas horas.

— Tenho contra essa prerrogativa de vista a exigência regimental de dois dias. A resposta deve sair na terça mesmo — disse o senador.

Vital recebeu ontem o pedido de consulta das mãos do presidente do Senado. Com a decisão de Renan, que rejeitou questões de ordem apresentadas pelo governo e pela oposição, a CPI da Petrobras passaria a investigar também contratos dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal; supostas irregularidades no Porto de Suape, em Pernambuco; e suspeitas de fraudes em convênios que contam com recursos da União.

— Não me compete saber se existe excesso ou escassez de requerimentos. O que me compete fazer, e fiz, era decidir que pode, sim, a maioria acrescentar novos fatos determinados à investigação — disse Renan.

Depois de ser examinada pela CCJ, a decisão voltará para o Plenário, em decisão final.



Plataforma P-63 deixa estaleiro no Rio Grande do Sul: já há quatro requerimentos de criação de CPIs da Petrobras protocolados, dois no Senado e dois no Congresso

Marcos Marciel/Agência Petrobras

Governo acredita que Congresso optará por inquérito ampliado

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), fez pronunciamento ontem sobre o pedido que ele apresentou para a criação de uma CPI mista (composta por senadores e deputados) destinada a investigar negócios da Petrobras, mas também contratos que envolvem os governos de São Paulo e Pernambuco, estados administrados pelo PSDB e PSB, respectivamente. Os partidos da base governista conseguiram as assinaturas de 219 deputados e 32 senadores para a criação da CPI.

O requerimento, segundo Pimentel, deve ser lido na próxima sessão do Congresso, em 15 de abril — mesma data marcada para a leitura de pedido da oposição para uma CPI mista. Agora, são quatro os requerimentos de

criação de CPIs da Petrobras protocolados pela oposição e pelo governo: dois no Senado e dois no Congresso.

Pimentel acredita que, caso a oposição questione o novo pedido, a Mesa do Congresso decidirá da mesma forma que a Mesa do Senado, prevalecendo a CPI mais abrangente.

Para Pimentel, a CPI mista é uma evidência de que “o governo federal quer apurar toda e qualquer irregularidade existente no país” e, conforme o caso, tomar as medidas necessárias para combater as ilegalidades.

— Estamos há 20 anos tentando instalar CPI no estado de São Paulo e o PSDB não deixa instalar para investigar o desvio de recursos no sistema de transporte metroviário e também no sistema do transporte ferroviário — disse.

Oposição poderá recorrer ao STF para garantir investigação

A oposição pode, a qualquer momento, acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) na tentativa de forçar a instalação de uma CPI exclusiva para investigar possíveis irregularidades na Petrobras. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), também não descartou a hipótese de a oposição no Senado acompanhar o movimento de obstrução iniciado ontem, na Câmara, pelo DEM.

De acordo com o senador, com a decisão pela CPI ampliada anunciada pela Mesa, o direito constitucional de a Minoria instalar uma CPI foi negado. Aloysio afirmou que os signatários do pedido de CPI não pretendem aguardar o posicionamento da CCJ para recorrer à Justiça.

— Nem a CCJ nem o Plenário podem barrar a instalação de uma CPI. O Supremo já

decidiu muitas vezes que a instalação da CPI depende de três requisitos: um número de assinaturas, objeto delimitado e tempo definido. Como isso está cumprido, é dever do presidente do Senado abrir prazo para indicação dos membros — disse.

O senador frisou que a oposição não é contrária à investigação de contratos envolvendo trens e metrô ou no Porto de Suape (PE), mas destacou que isso deve ser feito por uma CPI à parte.

— Estão misturando alhos e bugalhos com o objetivo de atrapalhar a investigação da Petrobras. Se o governo quer analisar outros temas, que proponha uma CPI diferente — disse Aloysio, acusando o governo de não querer investigar de verdade o que houve na Petrobras.



Arlindo Chinaglia (E), Pimentel e Vicentinho requerem criação de CPI mista



Aloysio: “Estão misturando alhos e bugalhos para atrapalhar a investigação”

Waldeir Barreto/Agência Senado

Waldeir Barreto/Agência Senado

Viana ressalta crescimento do lucro e dos investimentos da estatal do petróleo



Para o senador Jorge Viana (PT-AC), a oposição tenta passar a imagem de que “a Petrobras está entrando num abismo, que ameaça o país”.

— Quando assumimos, a receita bruta [da empresa] era de R\$ 69 bilhões. Era uma empresa grande, mas não a gigante que é hoje. As receitas hoje são de R\$ 304 bilhões — disse o senador petista.

Segundo Viana, cresceram também o lucro (de R\$ 8 bilhões para R\$ 23 bilhões) e os investimentos (R\$ 20 bilhões para R\$ 104 bilhões ao ano) da estatal.

Se governo quer enxertar outras questões, que crie CPIs específicas, afirma Cristovam



Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a instalação da CPI da Petrobras para investigar denúncias de compras de refinarias pela estatal. O senador disse que, se o governo quer enxertar outras questões, é melhor que sejam criadas outras CPIs, cada uma com um assunto determinado.

Cristovam afirmou ainda que o Congresso Nacional, o governo e a sociedade também precisam discutir quais são as fontes de energia que devem ser utilizadas pelo país no curto e no médio prazos.

Para Durval, empresa deve ser investigada, mas não por uma comissão parlamentar



João Durval (PDT-BA) defendeu ontem, em pronunciamento no Plenário, que as denúncias contra a Petrobras sejam apuradas, mas disse que a instalação de uma CPI no Senado ou no Congresso não vai ajudar em nada na investigação.

Para o senador, as CPIs estão desmoralizadas devido ao uso eleitoral e aos fracassos resultados de investigações anteriores. Por isso, ele advertiu que uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Petrobras pode prejudicar ainda mais a imagem do Senado e do Congresso.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Waldeir Barreto/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado tem até o dia 16 para votar MP da tributação de lucros no exterior

Na Câmara, os deputados mantiveram o parecer da comissão mista que analisa a medida pelo aumento do prazo de recolhimento

O SENADO TERÁ de votar até 16 de abril a Medida Provisória 627/2013, que altera a tributação dos lucros de empresas brasileiras obtidos das subsidiárias no exterior. Aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, a MP perderá validade se não for votada até o dia 21.

Presidente da comissão mista que examinou a admissibilidade da MP, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) informou que a intenção da base governista no Senado é concluir a votação até o dia 16, devido aos feriados da Semana Santa e de Tiradentes, nos dias 18 e 21.

A MP 627/2013 foi editada após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou em 2012 uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) relativa ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de



O deputado Eduardo Cunha (E) foi o relator e o senador Walter Pinheiro, o presidente da comissão que examinou a MP 627

resultados de subsidiárias no exterior. A decisão do STF contrariou os interesses das empresas e, parcialmente, os do governo.

Na Câmara, os deputados mantiveram sugestão da comissão mista mudando o prazo para recolhimento desses tributos, que antes era de cinco anos, com 25%

no primeiro ano. O texto que chega ao Senado estabelece que o pagamento poderá ser feito em oito anos, com 12,5% no primeiro ano.

A MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), criado pela Lei 11.941/2009, para fazer ajustes a novos métodos e critérios contábeis.

Um dos objetivos do gover-

no com a MP é harmonizar o ambiente jurídico, com “a definição das regras tributárias em conformidade com os comandos normativos contábeis adotados internacionalmente”, como esclareceu o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, em audiência no Senado, em fevereiro.

Senadores pedem auxílio para Acre e Amazonas

A situação dos municípios atingidos pelas cheias na Região Norte foi destacada ontem por Jorge Viana (PT-AC), Anibal Diniz (PT-AC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Os senadores pediram ao governo federal rapidez na liberação de recursos para o socorro e a recuperação das localidades.

Jorge Viana comemorou o fato de que o Rio Madeira começou a baixar de nível em algumas regiões. No entanto, o senador lamentou as dificuldades causadas pelas enchentes no Acre e ressaltou o esforço do governo local para minimizar as consequências. Segundo Viana, o Madeira atingiu quase 20 metros acima do nível normal no momento mais crítico

da cheia. Em algumas regiões, o rio ficou 1,7 metro acima do nível da BR-364, a principal estrada do Acre.

— Agora o rio baixou cerca de meio metro, mas, mesmo assim, temos uma operação de guerra montada pelo governo do Acre para garantir que alguns poucos caminhões e carretas possam levar gêneros de primeira necessidade para o estado — relatou.

O senador disse que o Acre costumava receber cerca de 250 carretas por dia e viu a principal estrada interrompida pelas cheias por mais de 40 dias, impedindo ou dificultando o abastecimento. Foram usadas rotas alternativas e embarcações para levar produtos

para o estado, destacou.

Já Anibal relatou audiências que manteve com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e com o ministro dos Transportes, César Borges, para tratar da reconstrução de trechos da BR-364. Ele lembrou que a rodovia é a única via de acesso do estado do Acre com o resto do Brasil.

— Gostaria ainda de reforçar uma preocupação que já foi apresentada pelos prefeitos, por meio da Associação dos Municípios do Acre, porque eles estão vivendo um drama terrível: na renegociação de suas dívidas, acabaram assumindo compromissos de autorizar a Receita Federal a fazer a dedução automática

de repasses do Fundo de Participação dos Estados [FPE] no que diz respeito a suas dívidas correntes. E, assim, algumas cidades do Acre tiveram o sequestro do Fundo de Participação dos Municípios [FPM] quase na totalidade. Esse é um assunto extremamente grave. A Receita não consegue resolver e, muito provavelmente, vai caber a nós, do Parlamento, buscar uma solução junto ao governo federal — disse.

Preocupação

Vanessa contou que 17 cidades amazonenses estão em situação crítica e que o governo do estado já repassou cerca de R\$ 6 milhões para ajudar a população. Agora, começa a distribuição de cestas básicas, material de limpeza e de higiene. Porém, de acordo com a senadora, ainda é preciso mais ajuda. Segundo Vanessa, vários prefeitos já apresentaram plano de trabalho ao Ministério da Integração Nacional para enfrentar o momento.

— Há uma preocupação muito forte de que, depois que diminuirmos as cheias, venham as doenças. Então, é preciso que o estado e a União ajudem os prefeitos que não dispõem de recursos suficientes — disse.

Vanessa também pediu estudos científicos que verifiquem se há ou não influência das usinas hidrelétricas nas cheias que estão ocorrendo na Região Norte.

Casildo defende mais apoio para micros e pequenas empresas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância das micros e pequenas empresas para a economia do país.

— Elas são os motores da nossa economia. Representam 99% das empresas nacionais, geram cerca de 52% dos empregos e pagam 40% da massa salarial brasileira — disse.

Para Casildo, no entanto, o cenário poderia ser muito melhor se fossem asseguradas às micros e pequenas empresas melhorias na infraestrutura, redução e simplificação da carga tributária, além da modernização das leis trabalhistas.

— Feitos os ajustes necessários, aliados ao permanente investimento em educação e capacitação, criaremos um ambiente favorável aos negócios. É a melhor forma de promover o desenvolvimento social e econômico do país — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cassol quer ampliação da Zona Franca de Guajará-Mirim

A ampliação da Zona Franca de Guajará-Mirim contribuirá para o desenvolvimento de Rondônia, disse Ivo Cassol (PP-RO). O senador vem mantendo contato com autoridades do Ministério da Indústria e Comércio para debater reivindicações de lideranças comerciais do estado.

— Apoio a prorrogação, por mais 50 anos, da Zona Franca de Manaus, desde que a de Guajará-Mirim seja contemplada. Queremos um tratamento igualitário para que possamos desenvolver um trabalho diferenciado — afirmou.

Cassol também defendeu a criação, pelo Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, de linha de crédito especial para atender demandas de comerciantes de Rondônia, prejudicados em razão das cheias dos rios na Região Norte.



José Cruz/Agência Senado



Distrito de Nazaré, em Porto Velho, é uma das localidades atingidas pela cheia do Rio Madeira e sofre desabastecimento

Presidente da entidade defende na CRE que o livre comércio aumentaria a competitividade da economia brasileira, que estaria parada

Câmara Americana quer acordo de livre comércio entre Brasil e EUA

SEIS MESES APÓS o adiamento da visita de Estado que a presidente Dilma Rousseff faria a Washington, em razão da publicação de denúncias de que mensagens eletrônicas dela haviam sido espionadas pela NSA (agência de segurança nacional norte-americana), uma proposta ousada marcou o debate sobre o relacionamento bilateral realizado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE): a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Brasil e os Estados Unidos.

A proposta é do presidente da Câmara Americana de Comércio no Brasil (Amcham), Gabriel Rico. Na opinião dele, o Brasil precisa ampliar a competitividade da economia e buscar maior inserção nas cadeias globais de produção. O acordo de livre comércio tem o apoio — segundo Rico — de 93% das empresas que integram a entidade, tanto brasileiras como norte-americanas.

— O Brasil precisa dar um salto muito grande na sua competitividade, que tem que



Na audiência dirigida por Ferraço (2º à dir.), Rico (E) teve o apoio de Sotero, mas Paranhos (D) apontou falta de consenso

vir junto com a negociação do acordo. Quando se expõe a um acordo de livre comércio, uma economia é obrigada a se repensar. Se um país fica parado, só um lado leva vantagem — afirmou Rico, lembrando que os Estados Unidos já estão começando a negociar acordos de livre comércio com a União Europeia e com os países da região da Ásia-Pacífico.

Também convidado para a audiência pública, realizada

a pedido do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson, Paulo Sotero, ressaltou igualmente a oportunidade de debater a negociação de um acordo com os Estados Unidos. Ele recordou que o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defendeu a negociação desse acordo, no

final do ano passado.

A iniciativa foi recebida com cautela, porém, pelo representante do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, que lembrou a falta de consenso sobre a questão.

— Evidentemente, a concentração de esforços apenas em acordos comerciais não constitui consenso interno e não pode ser vista como panaceia — disse Paranhos.

Itamaraty: retomada depende dos Estados Unidos

Ao abrir a reunião da CRE, Ricardo Ferraço pediu a redução do tom emocional que predomina no relacionamento bilateral. Os dois países, recordou, têm uma “densa rede de interesses interconectados”.

Por sua vez, o embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos procurou demonstrar que o esfriamento das relações entre Brasil e EUA, provocado pelo vazamento das denúncias de espionagem pelo ex-agente americano Edward Snowden,

já vem sendo superado pela diplomacia brasileira, embora ainda exista a expectativa de alguma iniciativa do governo norte-americano.

O Brasil e os EUA, observou o diplomata, “estão condenados a manter um relacionamento denso, importante e respeitoso”, como provam os US\$ 60 bilhões negociados entre os dois países em 2013, com US\$ 11 bilhões de déficit para o Brasil.

Questionado por Ana Amé-

lia (PP-RS) se a retomada completa das relações passaria por algum gesto de aproximação do governo norte-americano, Paranhos respondeu que sim.

Por sua vez, Paulo Sotero ressaltou o prejuízo causado pelo adiamento da visita que a presidente brasileira faria a Washington em 2013, a primeira em quase duas décadas.

— As relações sofreram forte retrocesso no momento em

que pareciam prestes a ser alçadas a um patamar mais elevado — observou Sotero.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou o momento oportuno para identificar os pontos convergentes e divergentes entre os dois países.

Após relatar viagem que fez a Teerã, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que a melhoria no relacionamento entre o Brasil e o Irã depende, de certa forma, de relações menos tensas entre os EUA e o Irã.

CPI vai propor medidas de contraespionagem

A CPI da Espionagem concluirá os trabalhos na próxima quarta-feira com a apresentação do relatório final. A presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o texto do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ainda não

está pronto, mas adiantou que uma das propostas deve ser a criação de uma comissão temporária para avaliar e aperfeiçoar a legislação sobre defesa nacional.

Vanessa disse que, após sete meses de trabalho, ficou claro que o Brasil está entre as nações mais vulneráveis a crimes de espionagem cibernética. A senadora acrescentou que o relatório final deverá apresentar ao Executivo e ao Legislativo uma série de medidas visando à contraespionagem e um projeto de lei, do qual ela não especificou o conteúdo.

— Estamos tratando de um tema muito sensível, que vai muito além da espionagem. É um tema que diz respei-

to à segurança nacional, à segurança das pessoas, ao desenvolvimento tecnológico, às comunicações. É o controle de tudo. Creio que, após o que estudamos, ficou patente que estamos diante de uma nova ordem mundial, na qual a defesa do sistema de comunicação é fundamental — disse.

A CPI da Espionagem foi criada em setembro do ano passado após denúncias de que o governo dos Estados Unidos teria monitorado milhões de e-mails e telefonemas no Brasil, inclusive os da presidente Dilma Rousseff. A fonte das denúncias foi o ex-consultor da Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA) Edward Snowden. Ele divulgou que os estaduni-

denses espionaram dados e comunicações de autoridades e cidadãos de diversos países. Snowden está asilado na Rússia. As informações foram tornadas públicas pelo advogado e jornalista Glenn Greenwald. Ouvido pela CPI em outubro, ele contou que os principais objetivos da espionagem dos Estados Unidos em outras nações são a ampliação do poderio e a obtenção de vantagens econômicas.

— Com certeza, o grande motivo da espionagem é econômico, é obter vantagens industriais. O propósito principal não é o combate ao terrorismo, não é a segurança nacional, não é o combate a outros crimes, como a pedofilia — afirmou Greenwald.

Requião esclarece posição em debate sobre a Venezuela

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) esclareceu ontem que, durante audiência pública anteontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), questionou María Corina Machado, deputada cassada pela Assembleia Nacional da Venezuela, sobre qual seria o programa de governo que a oposição ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, colocaria em prática caso assumisse o poder: se seria um programa neoliberal, se as conquistas sociais do chavismo seriam anuladas, se o petróleo voltaria às mãos das empresas norte-americanas, como antes de 1998.

— Perguntei e reperguntei. E a deputada tergiversou, esquivou de responder, continuando a representar o pastelão mexicano a que se propôs desempenhar — afirmou o senador.

Segundo Requião, apesar de comentar os problemas de desabastecimento na Venezuela e criticar a má gestão da PDVSA, estatal de petróleo daquele país, ele não se alinha com os opositores ao presidente Maduro nem se alista no que chamou de “claque que aplaudiu o triste espetáculo na CRE”.



Mozarildo pede ao Parlasul por brasileiros presos na Venezuela

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que vai apresentar um requerimento na próxima semana, durante reunião do Parlamento do Mercosul (Parlasul), para que uma comissão do organismo vá à Venezuela ver a situação de brasileiros presos naquele país.

Ele recebeu denúncias de que essas pessoas, a maioria de Roraima, foram presas por se recusarem a pagar propina a policiais, e vivem agora sem assistência jurídica ou diplomática, jogadas nos presídios venezuelanos.

— Não estou aqui querendo interpretar nem interferir no quadro político caótico na Venezuela. Quero cuidar aqui das vidas dos brasileiros que lá estão, notadamente. Não dá para fazer de conta que isso não está acontecendo.



Snowden denunciou espionagem dos EUA, o que motivou a criação da CPI

Senadores discutirão com governo regularização fundiária na Amazônia

Foi aprovado ontem na Comissão de Reforma Agrária convite ao ministro do Desenvolvimento Agrário e ao presidente do Incra

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento de Acir Gurgacz (PDT-RO) de convite ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes de Guedes, para audiência pública sobre regularização fundiária na Amazônia Legal.

— Somos cobrados sistematicamente pela população rural, que pede providências. Queremos colaborar com o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] e com o Incra, ajudar a acelerar a regularização fundiária na Amazônia — frisou o senador.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de Benedito de Lira (PP-AL) prevendo que a comissão analise, em 2014, as políticas públicas de recursos hídricos para o Nordeste.

A deliberação atende à Resolução 44/2013 do Senado, que estabelece que as comissões permanentes da Casa selecionem, para acompanhamento, políticas públicas relativas à área de interesse de cada colegiado, apresentando conclusões ao final da sessão legislativa.

Ao sugerir que a CRA discuta



Em audiência presidida por Cyro, Benedito disse que o combate à seca no Nordeste não tem políticas consistentes

políticas de recursos hídricos, Benedito argumenta que o Nordeste enfrenta secas sistêmicas, sem que os governos se dediquem a desenvolver políticas consistentes para o enfrentamento do problema. Além desse tema, a comissão acompanhará a política de crédito rural adotada pelo governo federal, segundo proposta aprovada em reunião anterior.

Cooperativismo

Na reunião de ontem, foram apresentadas cinco emendas ao substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS) a projetos que instituem um novo mar-

co legal do cooperativismo. A matéria foi retirada da agenda para que o relator possa analisar as mudanças, sugeridas por Eduardo Suplicy (PT-SP), autor de uma das proposições.

Conforme Suplicy, as emendas incorporam sugestões de entidades cooperativas da agricultura familiar, de assentados de reforma agrária e de economia solidária. Moka se disse surpreso pela apresentação de emendas, pois acreditava que o substitutivo dele reunia os aspectos acordados em discussões mantidas ao longo do último ano.

— Vamos ter que refazer

tudo um trabalho de meses e meses tentando costurar um acordo. Eu tinha a impressão de que seria um texto de convergência. Como não foi, quero dizer que não tenho mais compromisso de estabelecer um texto de convergência — afirmou.

O substitutivo determina, entre outras medidas, que duas entidades nacionais representarão o sistema cooperativista: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas). Atualmente, a legislação atribui o papel apenas à OCB.

Jayme Campos elogia debate em MT sobre gestão do Pantanal

Jayme Campos (DEM-MT) registrou a importância da audiência realizada segunda-feira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o projeto de lei que regula a gestão do Pantanal. Segundo o senador, o evento, promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), despertou grande interesse entre os mato-grossenses. Ele espera que as contribuições dos participantes estimulem o debate sobre o desenvolvimento do Pantanal, que deve manter o foco na sustentabilidade.

— Estou certo de que à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa caberá bem aproveitar as boas ideias a serem incorporadas ao projeto — disse o senador.

Paim defende PEC sobre seringueiros na 2ª Guerra Mundial

Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou os membros da CCJ pela aprovação da PEC dos Seringueiros (PEC 61/2013), que beneficia com uma indenização de R\$ 25 mil e uma pensão vitalícia de dois salários mínimos os trabalhadores recrutados para a produção de látex durante a 2ª Guerra Mundial. O senador citou cartas dos soldados da borracha lembrando as condições precárias enfrentadas pelos 55 mil homens que foram levados na época aos seringais da Floresta Amazônica.

— Essa é uma etapa vencida e eles merecem — disse.

Em aparte, Wellington Dias (PT-PI) cumprimentou os líderes da Casa pelo esforço empreendido para dar tramitação à PEC “corrigindo uma situação constrangedora”.

Avançam novas regras para audiências públicas

Uma mudança no Regimento Interno do Senado foi aprovada, na quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Projeto de resolução apresentado por Cyro Miranda (PSDB-GO) pretende modificar o esquema de realização de audiências públicas e reuniões de subcomissões e comissões temporárias na Casa (PRS 41/2011).

A proposta proíbe que essas sessões ocorram simulta-

neamente com as reuniões ordinárias das comissões permanentes. Caberá à Mesa, conforme determina o PRS 41/2011, coordenar a agenda de audiências e reuniões de subcomissões e comissões temporárias para evitar eventual coincidência de horários.

Ao justificar o projeto, Cyro especificou o tipo de problema que se pretende resolver: “Trata-se do verdadeiro congestionamento de audiências públicas e de reuniões que

ocorrem em praticamente todos os dias da semana e a todas as horas no Senado Federal”.

O relator da matéria, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), concordou com Cyro quanto à necessidade de “equacionar o grave problema da articulação das atividades das comissões do Senado.

“A situação atual é insustentável e tem inviabilizado a coordenação das agendas dos senadores, que não têm

condições objetivas de comparecer às diversas reuniões de comissões e subcomissões. A solução dada pelo autor do PRS 41/2011 nos parece totalmente adequada. Efetivamente, sem impedir o funcionamento dos demais colegiados, é necessário priorizar as reuniões ordinárias das comissões permanentes”, sustentou Aloysio.

A proposta seguirá para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Representante dos advogados disse que a Suprema Corte pode rever decisão porque há fato novo relevante desde posição adotada em 2012. Comissão vai analisar projeto que revoga a anistia



Souza Neto, da OAB, expõe a posição da entidade em audiência pública da CDH presidida por Capiberibe (C)

Para OAB, Supremo pode rever a Lei da Anistia

APESAR DE O Supremo Tribunal Federal (STF) já ter considerado a Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) compatível com a Constituição — o que impede a punição de crimes cometidos por agentes públicos durante a ditadura —, o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Cláudio Pereira de Souza Neto, disse que juridicamente é possível a Corte rever o posicionamento adotado em 2010.

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos sobre o tema, o advogado informou que o próprio Supremo permite a reabertura dos debates sobre questões já

decididas quando surge fato novo relevante. Nesse caso, há uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos contrária à Lei da Anistia brasileira, pedindo que ela seja revista.

— A Corte se manifestou dizendo que a atual interpretação da norma é incompatível com os direitos humanos internacionais, posicionamento já consolidado em julgamentos após a 2ª Guerra, que não admitiram, por exemplo, a tese de que agentes do Estado alemão agiram cumprindo ordens de superiores hierárquicos. Esse é um fato novo que justifica a reabertura do tema perante

o STF — opinou Souza Neto.

Ele explicou ainda que os tratados internacionais relativos a direitos humanos estão hoje, no Brasil, numa posição hierárquica abaixo da Constituição, mas acima de uma lei ordinária, como é a da Anistia.

— Nada impede que juízes nos casos concretos e em ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal recebam as denúncias, processem e promovam o julgamento desses agentes públicos. Nada impede que isso ocorra com base no direito internacional de direitos humanos, por isso a OAB acredita no sucesso dessas ações penais — disse.

Capiberibe diz que não houve consenso

Promulgada no governo de João Figueiredo, a Lei 6.683/1979 foi responsável por conceder anistia política aos que praticaram crimes políticos e conexos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto

de 1979. Em uma ação promovida pela OAB há quatro anos, o Supremo entendeu que a lei é válida também para agentes estatais, por ter sido fruto de um consenso num período de abertura do regime, argu-

mento questionado por João Capiberibe (PSB-AP).

— A Lei de Anistia não foi fruto de pacto ou de consenso. Foi aprovada por uma diferença de poucos votos a favor da Arena em relação ao MDB — afirmou.

Erundina critica negativa da presidente

No debate de ontem na Comissão de Direitos Humanos, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) criticou a presidente Dilma Rousseff, por se mostrar contrária a uma revisão na Lei da Anistia.

— A postura da presidente é de leniência. Por que esse receio? Não entendo, sobretudo

para uma pessoa que pagou tão caro na época — disse Erundina.

Para a deputada, a Lei 6.683/1979 não foi fruto de acordo, como disse a presidente, mas é, na verdade, uma lei de autoanistia, aprovada pelos próprios militares, aqueles “algozes que cometeram crimes

bárbaros durante 21 longos e dolorosos anos da história brasileira”.

A iniciativa da audiência partiu de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sob o argumento de que a lei foi editada durante o regime militar e impede que se saiba o que, de fato, aconteceu durante a ditadura.

Comissão vai examinar projeto de revogação

No fim da audiência, Randolfe Rodrigues informou que a presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Ana Rita (PT-ES), vai pôr em votação, na próxima semana, o relatório de João Capiberibe sobre o PLS 237/2013, que torna sem efeito

a anistia aos crimes cometidos por agentes da repressão.

A intenção dele é aprovar a matéria no Senado e encaminhar à Câmara para ser anexada a um projeto semelhante da deputada Luiza Erundina.

Randolfe disse não acreditar

que a presidente tenha ficado do lado de “velhos generais” ao não se posicionar a favor da revisão da Lei da Anistia.

— Não podemos ter no Brasil lei que anistia torturador, nem passarmos pela vergonha de sermos condenados por cortes internacionais — afirmou.

Sessão especial lembra 50 anos do comício de Jango no Rio

No dia 13 de março de 1964, na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o então presidente da República, João Goulart, defendia as reformas de base diante de 200 mil pessoas, em discurso transmitido pelo rádio.

Ao lado de ministros e parlamentares, Jango anunciou a assinatura de decreto que dava início a um programa de reforma agrária. Era o Comício das Reformas, que completou 50 anos.

Hoje, às 14h, o Senado realiza sessão especial proposta por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para lembrar o comício e o presidente João Goulart (1919—1976), cujo mandato foi restituído sim-

bolicamente pelo Congresso Nacional no fim de 2013.

O comício buscou pressionar o Congresso a apoiar as reformas de base — agrária, bancária, eleitoral, administrativa e universitária — que prometiam modernizar o país e combater a pobreza. Apesar de entusiasmar o público, o comício serviu de pretexto para a deposição de Jango.

Em fevereiro, o **Jornal do Senado** publicou livro com a íntegra da sessão do Congresso Nacional realizada em dezembro para devolver simbolicamente o mandato presidencial a João Goulart.

Acesse o livro com a sessão: <http://bit.ly/sessao18dez2013>

PEC dos Recursos tem primeiro turno de discussão em Plenário

O Senado fez ontem a primeira sessão de discussão da proposta de emenda constitucional que permite que condenados por órgãos colegiados ou tribunais sejam presos mesmo que ainda sejam possíveis outros recursos. A PEC 15/2011, apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ainda tem que passar por mais quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno. Se aprovada, com pelo menos 49 votos, deve passar por uma segunda votação.

O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), explicou

que a proposta tem o objetivo de assegurar mais agilidade à Justiça, o que é uma reivindicação da sociedade. Segundo o senador, a mudança pode ajudar a combater a “morosidade da justiça criminal”.

— É bom que se ressalte que permanecem em vigor as regras relativas ao habeas corpus, que é o remédio para coibir qualquer tipo de decisão arbitrária ou ofensiva à liberdade — afirmou.

Levantamento feito pelo senador mostrou que apenas no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2010, foram distribuídos 228.981 processos. Desse total, 54.596 eram recursos especiais e 119.517, agravos.

Ruben Figueiró aprova proibição de máscaras em manifestações



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a sociedade apoia as manifestações populares e

também a “regulamentação” desses protestos para que sejam pacíficos e para evitar abusos, como os ocorridos no ano passado.

O senador apoia projeto que o governo está preparando para proibir o uso de máscaras e aumentar a pena para quem destruir ou danificar o patrimônio público. Ele também considera necessária a aprovação do projeto de lei sobre terrorismo. Aos que temem que a proposta do governo sobre as manifestações ameace a liberdade dos movimentos sociais, Figueiró adiantou que o Congresso irá rejeitar qualquer abuso no projeto.

Randolfe apoia fim de doações de campanha por empresas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) cumprimentou o Supremo Tribunal Federal pela posição con-

trária ao financiamento de campanhas por pessoas jurídicas. Randolfe espera que o Congresso avance na derrubada das regras atuais, que, na opinião dele, constituem um estímulo à corrupção.

O sistema de financiamento privado foi classificado pelo senador como antirrepublicano, pois afasta os mais pobres da disputa eleitoral e provoca um desequilíbrio a favor de candidatos que apoiam o capital financeiro.

— Por isso, a OAB, em boa hora, arguiu que este atual sistema é incompatível com o princípio democrático — afirmou.

Emenda constitucional com novos direitos foi promulgada há um ano pelo Congresso, mas depende de projeto de regulamentação aprovado no Senado e em tramitação na Câmara

Domésticas aguardam votação dos deputados

UM ANO APÓS o Congresso ter promulgado a emenda constitucional que ampliou os direitos dos empregados domésticos, a categoria ainda não tem os mesmos benefícios dos demais trabalhadores. Aguarda votação na Câmara dos Deputados projeto aprovado no Senado, em julho do ano passado, que regulamenta os novos direitos (PLS 224/2013 — Complementar).

O relator do projeto no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), lamentou o atraso. Ele lembrou que somente após a regulamentação os patrões serão obrigados a recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e os empregados poderão cobrar valores específicos por hora extra.

— Criamos um texto que é um avanço e caracteriza conquistas. O fato lamentável nesse aniversário é o atraso da Câmara em votar, prejudicando milhões de brasileiros.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), também

se disse preocupado com a demora na regulamentação da emenda. Disse, inclusive, que considera desrespeitoso o retardo da Câmara em votar o projeto enviado pelo Senado.

— É uma matéria que reestrutura a cidadania trabalhista da categoria, que ao longo de muito tempo foi discriminada, sem acesso aos direitos. A nossa expectativa é que a Câmara faça jus à sua história e aprove rapidamente essa regulamentação — afirmou o parlamentar.

Da tribuna do Plenário do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que 7,2 milhões de trabalhadores domésticos aguardam que a emenda constitucional passe a valer na plenitude. A maioria, destacou a senadora, trabalha na informalidade.

— Somente um terço possui carteira de trabalho assinada, segundo estudo do Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio] feito em 2011. Isso faz com



Lídice da Mata ao lado de lideranças das empregadas domésticas na sessão do Senado que promulgou emenda em 2013

que a taxa de informalidade chegue a quase 70%.

Câmara

A relatora da regulamentação na Câmara, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), assegurou que a matéria será votada ainda em abril. Ela explicou que o exame do projeto (PLP 302/2013 naquela Casa) ainda não aconteceu porque a pauta estava “travada” por

medidas provisórias e adiantou que vai propor alterações.

— Estou defendendo mudanças para resgatar aquilo que priorizamos na relatoria do projeto. Por exemplo, novas normas para o recolhimento do FGTS — informou.

A deputada disse ainda esperar que, após a aprovação na Câmara, os senadores sejam céleres na votação das modificações.

— O Senado é o lugar de origem deste projeto, mas foi a Câmara que, em todo o tempo, fez todas as articulações e movimentos e deu de presente para o Senado uma matéria de excelência. Nós estamos agora fazendo um apelo para que, logo que a Câmara mande o projeto ao Senado, ele seja votado imediatamente e que os senadores acatem as emendas aprovadas pelos deputados.

Pontos por regulamentar

Direitos incluídos na emenda que ainda não podem ser usufruídos pelos trabalhadores domésticos

- Pagamento pelo patrão, por meio do Simples, de 8% de INSS sobre a remuneração do empregado, 11,2% do FGTS (sendo 3,2% para o fundo da multa em caso de demissão sem justa causa) e 0,8% para seguro contra acidente de trabalho
- Obrigação do registro da jornada de trabalho
- Hora extra valendo 50% mais que a normal
- Possibilidade de jornada de trabalho parcial de até 25 horas semanais com acréscimo de, no máximo, uma hora extra por dia
- Descanso de uma hora com possibilidade de redução para meia hora diária
- Para quem mora no trabalho, como os caseiros, há a possibilidade de desmembrar o descanso na jornada em dois períodos, desde que cada um tenha no mínimo uma hora, no limite de quatro horas diárias
- As férias podem ser fracionadas em até dois períodos
- Se houver acordo, jornada de trabalho de 12 horas, seguidas por 36 horas de descanso
- Trabalho aos domingos e feriados pago em dobro
- Entre duas jornadas, descanso mínimo de 11 horas
- Hora noturna de 52 minutos e 30 segundos (para o período das 22h às 5h), com adicional de 20% sobre a hora normal
- Fiscalização na casa do empregador, com consentimento dele. A exceção vale para denúncias de maus-tratos, por exemplo

Fonte: Gabinete do senador Romero Jucá

Direitos para empregados domésticos têm apoio de 85%

Um ano após ser promulgada, a emenda constitucional dos direitos dos trabalhadores domésticos tem amplo apoio da população. Pesquisa realizada pelo DataSenado indicou que 85% das pessoas que tomaram conhecimento das mudanças são favoráveis a ela. No entanto, o conhecimento da promulgação caiu em um ano de 96% para 84% dos entrevistados, revela a pesquisa.

De um modo geral, a aprovação das mudanças é maior entre as pessoas de menor renda — 93% entre as pessoas sem renda e 78% quando se trata de pessoas que ganham mais de dez salários mínimos.

A pesquisa ouviu 809 pessoas, com margem de erro de 3,5 pontos percentuais.

Conhecimento da PEC diminuiu



Fonte: DataSenado

Gurgacz defende aposentadoria especial para radialistas

A aprovação do projeto de lei da Câmara que concede aposentadoria especial para os radialistas foi defendida por Acir Gurgacz (PDT-RO). O contato com aparelhos de monitores de áudio e vídeo, a radiofrequência dos transmissores e as doenças nas cordas vocais e pulmonares são alguns dos problemas que, segundo o senador, justificam

a concessão de aposentadoria especial para os profissionais.

Gurgacz, que participou, no sábado, do 2º Encontro dos Radialistas de Rondônia, disse que o rádio é o meio de comunicação mais democrático e mais aberto à participação popular. Por isso, o rádio e os radialistas precisam ser valorizados, afirmou.

— Esse projeto está trami-

tando na Câmara dos Deputados. Creio que em breve chegará ao Senado. Portanto, antecipo aqui o meu apoio ao projeto e solicito aos nobres senadores e nobres senadoras que analisem com carinho e atenção essa proposta que vem fazer justiça a essa categoria — disse o senador.

Acir Gurgacz também apresentou reivindicação dos

empresários de Rondônia, que pedem ao governo federal a realização de obras de infraestrutura de transporte essenciais à economia do estado. Entre as obras, ele citou a recuperação emergencial das BRs-364 e 425, a reabertura da BR-319, a construção da Ponte do Abunã e a pavimentação da BR-421, que liga Ariquemes a Guajará-Mirim.



Senador pediu a realização de obras de infraestrutura em Rondônia